



LIBRAS: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

SUMÁRIO

1-	TECNOLOGIA	3
2-	ESTRUTURA LIBRAS	6
3-	ALFABETO DATILOLÓGICO	9
4-	SUBSTANTIVOS E VERBOS RELACIONADOS AO TRABALHO	12
5-	EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
6-	METODOLOGIA DE ENSINO BILÍNGÜE	40
7-	LIBRAS E OUTRAS LÍNGUAS DE SINAIS E A LÍNGUA PORTUGUESA	46

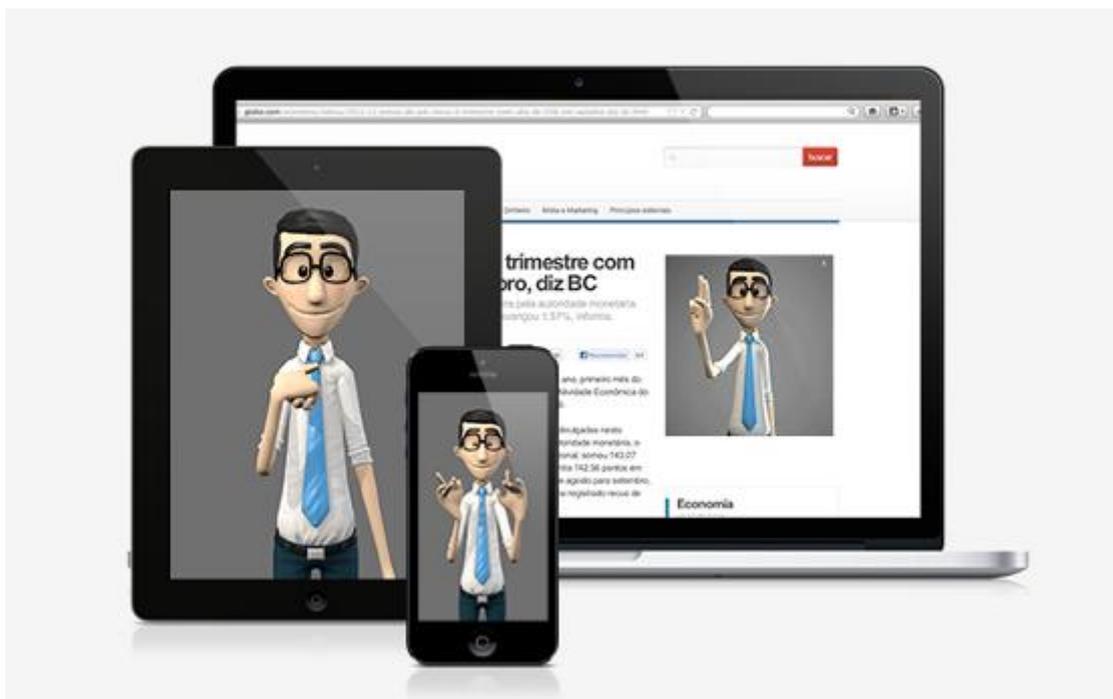
REFERÊNCIAS

1- TECNOLOGIA

De acordo com o World Federation of the Deaf, 70 milhões de pessoas no mundo são surdas. Segundo o Censo 2012 do IBGE, somente no Brasil 9,7 milhões de cidadãos, ou cerca de 5,1% da população, se declaram deficientes auditivos. São pessoas que enfrentam diariamente a barreira da linguagem, que têm dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, nas universidades e até de se comunicar com amigos e familiares.

Contudo, este cenário está sendo aos poucos transformado através da tecnologia. Já existem diversas alternativas que buscam integrar estas pessoas à sociedade. Separamos alguns softwares e aplicativos que promovem a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, confira:

Hand Talk



Ganhador do prêmio World Summit Award Mobile, das Nações Unidas, em 2013, o programa transforma imagens e textos em linguagem de sinais, incluindo os surdos que não são alfabetizados em português nas atividades cotidianas.

Hugo, o assistente pessoal, pode ser utilizado através de um aplicativo de celular, capaz de traduzir mensagens de texto e até cartazes na rua, basta o usuário tirar uma foto para que o software varra a imagem atrás dos caracteres e a traduza para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) . O assistente também pode ser instalado em um computador e aplicado em diversos sites.

Em entrevista ao Portal Terra, o Diretor Executivo do projeto, Ronaldo Tenório, explicou que a Libras é o primeiro idioma aprendido pelos surdos, e que muitos acabam não estudando o português, por falta de acesso ou pelas dificuldades encontradas nos métodos formais de educação. “Queremos fazer com que o surdo entenda conteúdos e tenha acesso ao conhecimento”, afirma.

O aplicativo está disponível gratuitamente para Android, iOS e Blackberry, já a versão para desktop possui opções pagas e gratuitas.

ProDeaf



O diferencial deste sistema é transformar pequenas frases faladas em linguagem de sinais, facilitando a comunicação do falante com o surdo. O aplicativo para mobile possui um dicionário com diversas expressões e frases simples, e assim como o seu concorrente, também é capaz de transformar texto em sinais.

Além do aplicativo, a empresa possui outras soluções, como o WebLibras, que transforma o conteúdo de sites em linguagem de sinais, além da instalação de totens de autoatendimento para surdos, com um sistema de dados que reúne mais de 3.700 sinais.

O app do ProDeaf está disponível para Android, iOS e Windows Phone.

MotionSavvy

A iniciativa norte-americana pretende facilitar a comunicação entre falantes e surdos. A startup desenvolveu um sistema capaz de traduzir a linguagem de sinais em texto, derrubando as barreiras de comunicação.

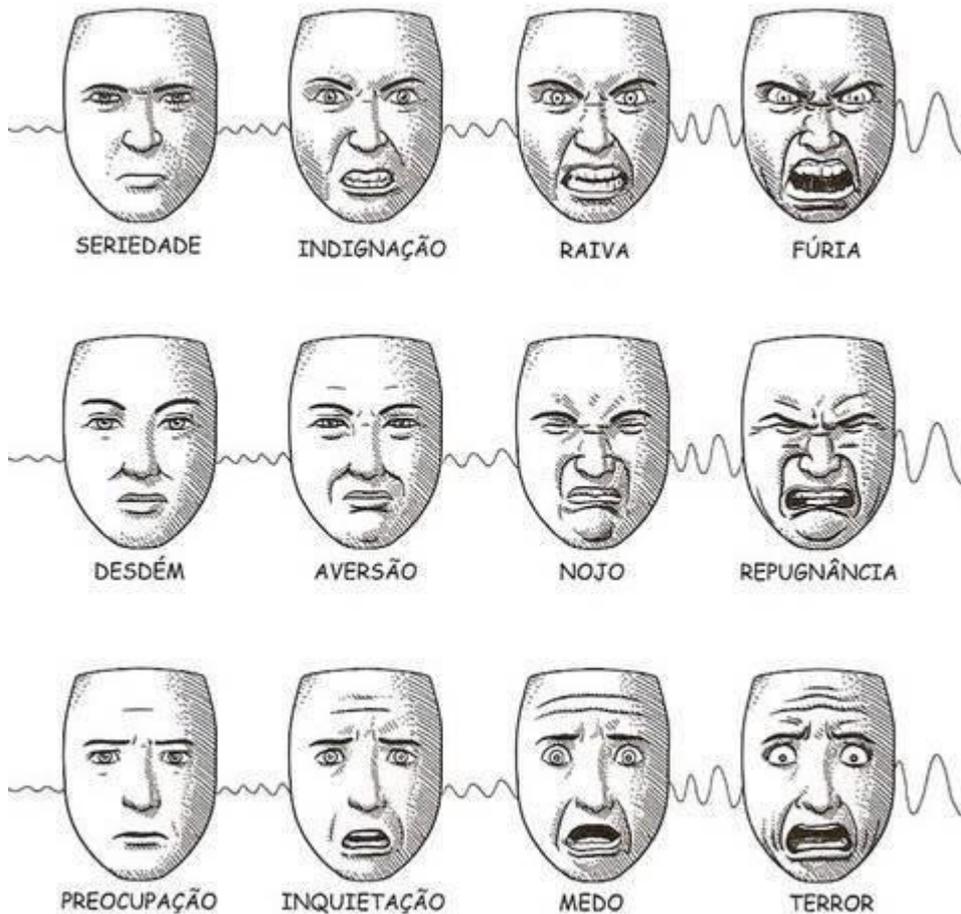
A partir de um tablet com duas câmeras, o software identifica os gestos do surdo em um espaço virtual 3D, traduzindo para palavras em inglês e reproduzindo através de uma voz automatizada. O app também é capaz de realizar o caminho inverso, ou seja, transformar as frases ditas pelo interlocutor em texto, para que o surdo possa ler.

Atualmente, o sistema conta com apenas 300 palavras cadastradas, mas seus idealizadores pretendem chegar a 1.500 no próximo ano, quando o produto for distribuído para teste beta. De acordo com a Time, o software desenvolvido é capaz de aprender novos termos, e manter assim as características da linguagem regional e as expressões mais utilizadas por seus usuários.

A iniciativa é a primeira do tipo, e promete trazer novas oportunidades aos surdos, facilitando, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho. Inicialmente, o software será vendido como um produto, incluindo o tablet, mas seus idealizadores já cogitam a possibilidade do desenvolvimento de um aplicativo.

2- ESTRUTURA LIBRAS

A estrutura gramatical da Libras



Estrutura Gramatical da LIBRAS

A LIBRAS possui parâmetros específicos

- **Configuração das mãos (CM)**

É a maneira que o interlocutor posicionará sua mão para executar o sinal. Essa configuração pode ser baseada no Alfabeto datilológico ou não.

- **Pontos de articulação (PA)**

Ponto onde se inicia a execução do sinal. Pode ser em alguma parte do rosto ou do corpo, ou no ar em alguma altura específica.

- **Movimento (M)**

O que se faz com as mãos durante a execução do sinal desde o ponto de articulação até o fim da execução

- **Orientação (O)**

Para que lado se executa o sinal (cima, baixo, direita, esquerda, etc).

- **Expressão corporal e facial**

Essas expressões têm que se aplicar ao que se diz. Exemplo: Não se deve fazer o Sinal que transmite a ideia de feliz com o rosto triste ou vise e versa.

A estrutura gramatical da LIBRAS não é a mesma do Português.

Ex. O gato comeu o rato.

Se eu fizer os sinais seguindo a estrutura gramatical da língua portuguesa isso se chama Português Sinalizado. **NÃO É LIBRAS**



- Na Libras o verbo nunca muda de tempo. Pra determinar se a ação foi no passado, presente ou futuro usamos um sinal indicativo de tempo sempre no **INÍCIO** da frase.

Ex.

Passado minha casa rato gato comer

Tempo/ Lugar/ Sofre/Pratica/Ação

- Na LIBRAS, quando o indicador de tempo for uma data, ou o indicador de lugar for um endereço, sempre começaremos da maior pra menor informação.

Ex. **(Ano/ Mês/ Dia)**

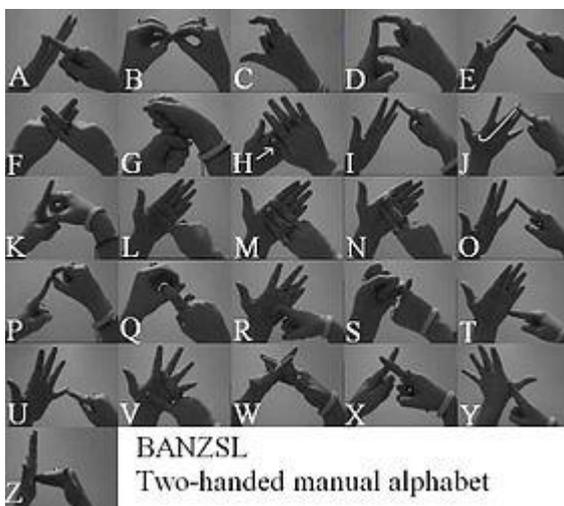
(País/ Estado/ Cidade/ Rua)

3- ALFABETO DATILOLÓGICO

A **dactilologia** ou **datilologia** ou **alfabeto manual** é um sistema de representação, quer simbólica, quer icónica, das letras dos alfabetos das línguas orais escritas, por meio das mãos. É útil para se entender melhor a comunidade surda, faz parte da sua cultura e surge da necessidade de contacto com os cidadãos ouvintes.

Em geral, é um erro comparar o alfabeto manual com a língua gestual (no Brasil: língua de sinais), quando, na realidade, pois este é a anotação, por meio das mãos, das letras das línguas orais e dos seus principais caracteres.

A dactilologia classifica-se em dois tipos.



- **Bimanual**, onde se representam convencionalmente os caracteres nas distintas falanges e juntas da mão passiva (geralmente a esquerda), usando-se o indicador da outra mão (dominante) como ponteiro sinalizador. É utilizado, actualmente pelos surdos no Reino Unido, Austrália, África do Sul, Nova Zelândia e nalgumas zonas do Canadá. O alfabeto do Reino Unido é muito antigo, pois já era utilizado pelos monges da Irlanda, no século VII.



- **Unimanual**, em que a mão dominante (geralmente a direita), representa graficamente as letras impressas em minúsculas, do alfabeto latino. A sua origem é espanhola, provavelmente das comunidades de judeus convertidos do início do século XVI.

Na maioria dos países cujas línguas oficiais se escrevem com o alfabeto latino — e, inclusive nos países árabes, como Egito e Marrocos, se bem que adaptado à grafia árabe — os surdos usam um alfabeto unimanual para representar os caracteres baseado no *alfabeto manual espanhol*.

Dactilologia nas línguas gestuais

A dactilologia foi inserida nas línguas gestuais, por educadores, tanto ouvintes como surdos; ela serve de ponte entre a língua gestual e a língua oral que a rodeia.

A dactilologia é usada em muitas línguas gestuais, com vários propósitos: representar palavras (especialmente nomes de pessoas ou de localidades) que não têm gesto (br: sinal) equivalente, ou para ênfase ou clarificação, ou para se ensinar ou aprender uma determinada língua gestual.

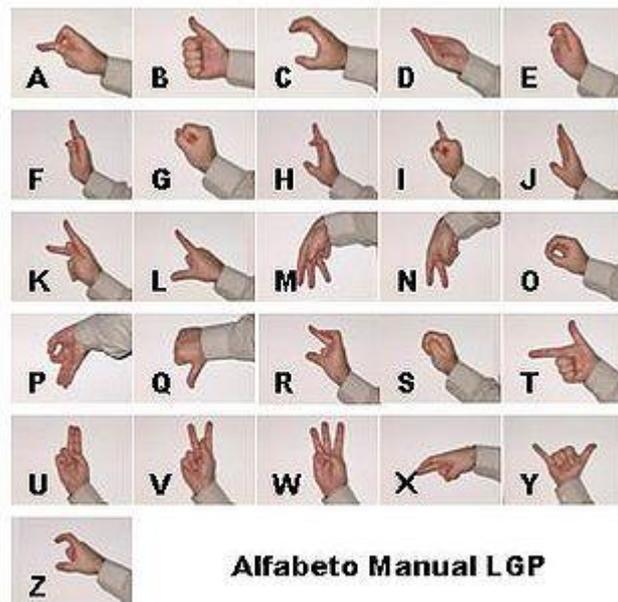
História

A dactilologia tem a sua origem em Espanha. A sua fonte conhecida mais antiga, a obra do monge franciscano Mechor Sánchez de Yebra (1526-1586), foi publicada

em 1593. Este afirma no seu livro que a fonte original desse alfabeto é San Buenaventura (Frei Juan de Fianza, 1221-1274).

Foram descobertos alfabetos manuais em centenas de pinturas renascentistas medievais.

Outro monge espanhol, contemporâneo de Sánchez Yebra, Pedro Ponce de León (1508-1584), também tinha feito uso de um alfabeto manual para educar vários meninos surdos. A difusão alcançada pelo alfabeto manual de Sánchez de Yebra, contudo, não se deve a Ponce de León — que não chegou a trazer a público os seus trabalhos, a não ser um, publicado em 1620 — mas a outro espanhol, Juan Pablo Bonet.



Pablo Bonet era secretário da família Fernandez de Velasco, que tinha vários surdos, por causa dos frequentes casamentos entre parentes, realizados para manter o património vinculado à família.

No século XVIII, a dactilologia surgiu em França, através de Jacob Rodrigues Pereira e em 1816, através de Thomas Hopkins Gallaudet, e foi levada para os EUA.

4- SUBSTANTIVOS E VERBOS RELACIONADOS AO TRABALHO

Linguagem

A linguagem diz respeito a um sistema constituído por elementos que podem ser gestos, sinais, sons, símbolos ou palavras, que são usados para representar conceitos de comunicação, idéias, significados e pensamentos.

Nesta acepção, linguagem aproxima-se do conceito de língua. Numa outra acepção, linguagem refere-se à função cerebral que permite a qualquer ser humano adquirir e utilizar uma língua. Por extensão, chama-se linguagem de programação ao conjunto de códigos usados em computação. O estudo da linguagem é chamado linguística, uma disciplina acadêmica introduzida por Ferdinand de Saussure, no início do século XX, e depois desenvolvida como ciência.

LIBRAS

Libras é a sigla de Língua de Sinais Brasileira que é a língua natural da comunidade surda brasileira. Os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço. Devido a essa particularidade, a LIBRAS muitas vezes é tida como um simples conjunto de gestos e mímicas utilizados pelos surdos na sua comunicação. A Libras é considerada uma língua natural pois possui uma estrutura gramatical própria: sintaxe, morfologia, semântica, fonologia.

Segundo a legislação vigente, Libras constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Decretada e sancionada em 24 de abril de 2002, a Lei Nº 10.436, no seu artigo 4º, dispõe o seguinte: "O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da

Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente".

SignWriting

Como foi dito anteriormente, a LIBRAS é uma língua espaço-visual, isto é, se dá no espaço a partir de uma combinação de movimentos realizados pelas mãos, braços, corpo e expressão facial. Sign-writing é um conjunto de regras e símbolos para a notação dos sinais realizados pela LIBRAS. Abaixo exemplo da palavra “pai” em escrita SignWriting.



Figura 1: PAI

Conceito de Dicionário

Dicionário é um conjunto vocábulos de uma língua ou dos termos próprios de uma ciência ou arte, dispostos por ordem alfabética e com a respectiva significação ou a sua versão noutra língua. Geralmente, os dicionários são organizados na forma de livros impressos mas com o advento dos sistemas digitais esses dicionários passaram a dispor de suas versões digitalizadas (em CD-Rom) e/ou on-line.

Dicionário Eletrônico

Os dicionários on-line possuem a função de facilitar tornar mais acessível as suas informações aos seus usuários. O dicionário eletrônico pode ser apresentado de duas formas: a primeira, em CD-Rom, e a segunda, disponibilizado na internet. Esses dicionários possuem como diferencial a possibilidade de apresentação de diversas mídias (imagens, sons, vídeos) à apresentação de seus resultados de

busca. Além do mais, esses dicionários podem disponibilizar ao usuário outros recursos como: busca rápida, apresentação de sinônimos, usos mais freqüentes dos verbetes consultados, corretores gramaticais, gramática apresentada de forma simples e objetiva entre outros recursos.

Caracterização do dicionário proposto

O dicionário proposto está vinculado ao projeto SWDB: Dicionário para as Línguas de Sinais usadas pelos surdos. Esse projeto constou no desenvolvimento de um software para a criação e gerenciamento de um dicionário on-line. O dicionário chamado de SWDB (SignWriting Data Base) consiste em desenvolver um dicionário on-line baseado, inicialmente, em um corpus lingüístico fornecido por textos escritos em línguas de sinais que fazem parte do banco de dados do projeto. Em um segundo momento, esse banco de dados do dicionário poderá ser ampliado de forma cooperativa com os usuários cadastrados no sistema.

O sistema de busca do dicionário consiste em digitar o verbete a ser consultado no campo específico e clicar no botão “Procurar Sinal”.



Figura 2: Campo de busca no dicionário On-line

Em seguida, o sistema disponibilizará ao usuário informações sobre o verbete consultado, essas informações são: dados de inserção do sinal no sistema, informações visuais, o código do sinal em escrita realizada pelo editor SignEdit, o

outras duas maneiras: arquivo com o texto integral, arquivo isolado de acordo com a ordem alfabética de cada sinal. Ao final desse momento, obteve-se, aproximadamente 783 sinais divididos em 596 verbetes, ou seja, como cada sinal pode ser representado de mais de uma maneira, isso é o que gerou a diferença do número de sinais para o número de verbetes. Os sinais estão sendo separados, neste momento, de acordo com a sua categoria gramatical.

Definição da categoria gramatical

Após a catalogação dos sinais foi feita a definição da categoria gramatical de cada um dos sinais. A definição dessas categorias foi feita de acordo com Ferreira Brito (1997) que faz a seguinte apresentação:

- Verbos: há basicamente dois tipos de verbos na LIBRAS: os que possuem marca de concordância e os que não possuem marca de concordância. Exemplos:



Figura 4: sinal TRABALHAR
(verbo que não possui marca de concordância)

EU TRABALHAR UCPEL
“eu trabalho na UCPEL”



Figura 5: sinal ANDAR
(verbo que possui marca de concordância)

pessoa ANDAR

- Advérbios: as marcas de tempo geralmente são feitas por meio de advérbios. Exemplo:



Figura 6: sinal HOJE

Hoje trás a idéia de presente nas orações.

- Adjetivos: os adjetivos sempre estão na forma neutra em LIBRAS, não havendo marca de gênero ou número. Exemplo:



Figura 7: sinal TRISTE

- Pronomes: os pronomes possessivos, os pessoais e os demonstrativos, também não possuem marca de gênero e estão relacionados às pessoas do discurso. Exemplo:



Figura 8: sinal MEU

Figura 9: sinal CASA

O pronome MEU irá concordar com o substantivo CASA, relaciona-se à pessoa do discurso e não à coisa possuída.

- Numerais: os numerais cardinais são idênticos ao português, os numerais ordinais possuem a mesma representação mas seguidos de movimentos distintivos aos cardinais. Exemplos:



Figura 10: sinal TERCEIRO

Figura 11: sinal TRÊS

- Substantivos: os substantivos geralmente são neutros, não possuindo marca de gênero. Exemplo:

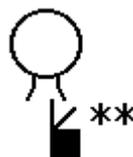


Figura 12: sinal MACACO

O sinal MACACO pode ser utilizado para qualquer um dos gêneros, macho ou fêmea.

Reconhecimento e caracterização das principais estruturas frasais encontradas

De acordo com Quadros&Karnopp (2004), a LIBRAS apesar da grande flexibilidade da ordem das frases, mantém como base as construções do tipo SVO (Sujeito-Verbo-Objeto). Frases desse tipo serão consideradas sempre como gramaticais. As ordens OSV e SOV ocorrem somente quando há alguma coisa a mais na sentença, como a concordância e as marcas não-manuais. Em uma análise preliminar predominaram as sentenças do tipo SVO.



Materiais empregados

Para o desenvolvimento do projeto utilizou-se muitos softwares, na sua maioria os chamados opensource, ou seja, programas gratuitos. Como exemplo de software utilizado pode-se citar o editor de sinais chamado Sign-Edit, software desenvolvido pelo coordenador do projeto em parceria com um bolsista de iniciação científica, bolsista esse já formado.

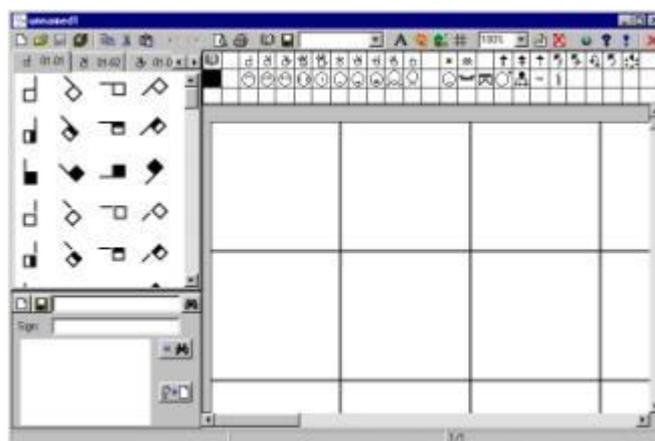


Figura 13: Editor Sign-Edit

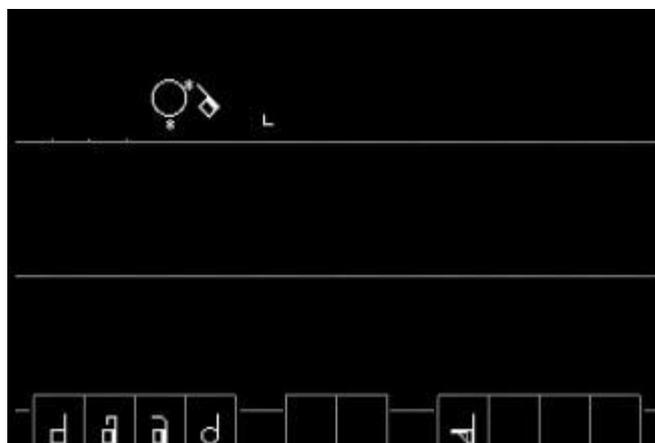


Figura 14: Editor SW-Edit

Análise dos dados

Partindo dos dados quantitativos fornecidos pela catalogação dos sinais, obtivemos 783 sinais divididos em 596 verbetes. Esses verbetes foram divididos nas seguintes categorias:

Categoria gramatical	Nº de ocorrências	% do total dos sinais
----------------------	-------------------	-----------------------

Substantivos	353	59,21%
Adjetivos	56	9,39%
Pronomes	16	2,68%
Verbos	141	23,65%
Advérbios	14	2,34%
Numerais	13	2,18%
Preposições	2	0,35%
Artigos	1	0,16%
<hr/> <hr/>		
Total	596	100%
<hr/> <hr/>		

Obs.: cabe salientar que os verbos não foram classificados de acordo com a distinção dos verbos feita por Quadros&Karnopp (2004), apenas foram contabilizados.

De acordo com o quadro acima podemos fazer algumas considerações:

- a Língua de Sinais é composta basicamente por substantivos e verbos, essas categorias representam 82,86% do léxico analisado;
- os adjetivos representam 9,39% dos sinais, representam um número pouco significativo;
- advérbios, preposições, numerais, artigos e pronomes representam 7,71% dos sinais.

Um dado que despertou curiosidade foi a ocorrência de 1 (um) artigo que de acordo com Rinaldi (1997) essa categoria não seria esperada na análise morfológica dos sinais. Essa ocorrência pode ter sido causada pelo fato de o escritor do texto em SignWriting ter feito uma união da Gramática da Libras com a Gramática do Português.

Feita esta primeira análise partiu-se para o estudo das principais estruturas frasais nos textos. De acordo com Quadros&Karnopp a base da gramática da Libras seria a ocorrência de estruturas do tipo SVO. Essa estrutura pode ser comprovada na frase abaixo:

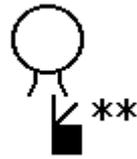


Figura 15: sinal MUNDO Figura 16: sinal PODE Figura 17: sinal DOENTE

5- EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O que é educação especial e qual diferença para a educação inclusiva?

Sua instituição de ensino está preparada para atender alunos com necessidades especiais?

Entender o que é a Educação Especial e como ela é importante para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para quem deseja abrir uma escola com educação especializada.

Há escolas que vão se dedicar a apenas um tipo de necessidade, e outras que o farão com várias. Independente da forma de trabalho, o objetivo de todas essas instituições é um só: promover a igualdade de oportunidades, de forma que todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Neste artigo, vamos falar um pouco sobre o conceito de Educação Especial, sua principal diferença em relação à Educação Inclusiva, suas diretrizes básicas, como implantar na sua escola, lidar com os alunos e envolver toda a sua equipe neste processo.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, deixe seu comentário no final deste post.

Boa leitura!

O que significa educação especial?

A **Educação Especial** é o ramo da educação voltado para o atendimento e educação de pessoas com alguma deficiência. Preferencialmente em instituições de ensino regulares ou ambientes especializados (como por exemplo, escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas que atendem a pessoas com deficiência intelectual).

São também considerados público-alvo dessas escolas crianças com transtornos globais de desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação de acordo com o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que diz:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Assim, os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral. O que difere, entretanto, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do aluno.

Ela se desenvolve em torno da igualdade de oportunidades, atendendo às diferenças individuais de cada criança através de uma adaptação do **sistema educativo**. Dessa forma, todos os educandos podem ter acesso a uma educação capaz de responder às suas necessidades.

O **Ensino Especial** tem ganhado visibilidade nas últimas duas décadas devido ao movimento de educação inclusiva, mas tem sido também alvo de críticas por sua exclusividade e por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças.

Por outro lado, as escolas com educação especializada contam com materiais, tecnologia, equipamentos e professores especializados. enquanto o sistema regular de ensino ainda precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva.

Educação especial x Educação Inclusiva

O ensino inclusivo não pode ser confundido com educação especial: diferentemente do ensino inclusivo, a educação especial se mostra em uma grande variedade de formas que incluem escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado.

Desde a sua origem, a Educação Especial é um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular. Tal sistema baseia-se na noção de que as necessidades dessas crianças não podem ser supridas nas escolas regulares. Existem três categorias de necessidades especiais:

- Dependentes: são aqueles atendidos somente em clínicas, já que dependem totalmente de serviços necessários para sua total sobrevivência. Esses alunos não conseguem ter hábitos higiênicos ou se vestir, necessitando de um acompanhamento de 24 horas.
- Treináveis: são alunos que frequentam escolas especiais, já conseguem se defender dos perigos, repartir e respeitar os outros. Estes já adquiriram hábitos rotineiros de higiene, necessitando somente de ajuda e supervisão, e na maioria dos casos, o retardo é identificado nos primeiros anos de vida.
- Educáveis: são os alunos que frequentam classes especiais. Eles já possuem vocabulário suficiente para a vida diária e habilidade de adaptação pessoal e social. Geralmente, essas crianças atingem na fase adulta uma idade de desenvolvimento mental entre sete e doze anos.

Implantar educação especial na sua escola: é possível?

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas – ONU, pessoas com deficiências representam 10% da população mundial, percentual que pode ser mais elevado quando falamos de países, como o Brasil, onde as condições socioeconômicas da população são precárias.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (9.394/96), de 1996, assegura o direito constitucional de educação pública e gratuita aos deficientes. Ainda assim, a grande maioria das crianças com necessidades especiais ainda está fora do sistema tradicional de ensino. Muitas estão em escolas específicas para crianças deficientes.

Vale lembrar que no Brasil, diferentemente de outros países, existe uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). O movimento inclui outros tipos de alunos, além dos que apresentam deficiências. E acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais para constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Para uma prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível, porém, são requeridas mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas atuais, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns exige que a escola regular se organize para oferecer:

- Possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.
- Tecnologias que permitam cada vez mais a integração de crianças com necessidades especiais nas escolas, facilitando todo o seu processo educacional e visando a sua formação integral.
- Um grupo de profissionais que trabalha em educação especial, como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicopedagogo.

Educação inclusiva

aponta para a transformação de uma [sociedade inclusiva](#) e é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.^[1]

Com a LBD (Lei e diretrizes de base da educação) Lei nº 9.394/96^[2], as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças no ensino regular. O processo de inclusão gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no ensino regular de alunos que fazem parte do grupo de educandos atendidos pela educação especial na perspectiva de educação inclusiva, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, desta forma inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino.

É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A Educação inclusiva favorece a diversidade à medida que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência à todas as crianças.^[3] A educação inclusiva deve ser um espaço para todos, e assim favorecendo a diversidade à todos, na medida que compreendemos que cada um tem sua especificidade em algum momento de sua aprendizagem.^[4]

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira e contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

Introdução

A Educação Inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial embora o contemple. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiência diversificada como: mental, física, surdos, cegos, etc. com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação

infantil até à educação superior. Nesse país, o ensino especial foi, na sua origem, um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com [deficiência](#) não podem ser supridas nas escolas regulares. Na perspectiva da Educação Inclusiva, outras racionalidades estão surgindo sobre a aprendizagem. Fazendo uso da concepção Vygostskyana principalmente, entende que a participação inclusiva dos alunos facilita o aprendizado para todos. Este entendimento está baseado no conceito da [Zona de Desenvolvimento Proximal](#), ou seja, zona de conhecimento a ser conquistada, por meio da mediação do outro, seja este o professor ou os próprios colegas.

Definição

De acordo com o **Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento** (*International Disability and Development Consortium - IDDC*) sobre a educação inclusiva, realizado em março de [1998](#) em [Agra](#), na [Índia](#), um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

- Reconhece que todas as crianças podem aprender;
- Reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde (*i.e.* [HIV](#), [TB](#), [hemofilia](#), [Hidrocefalia](#) ou qualquer outra condição);
- Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de **todas as crianças**;
- Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
- É um processo dinâmico que está em evolução constante;
- Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.

Perspectivas históricas da educação especial: a caminho da inclusão

Estas perspectivas históricas levam em conta a evolução do pensamento acerca das necessidades educativas especiais ao longo dos últimos cinquenta anos, no entanto,

elas não se desenvolvem simultaneamente em todos os países, e conseqüentemente retrata uma visão histórica global que não corresponde ao mesmo estágio evolutivo de cada sociedade. Estas perspectivas são descritas por Peter Clough.

1. **O legado psico-médico:** (predominou na [década de 1950](#)) vê o indivíduo como tendo de algum modo um *deficit* e por sua vez defende a necessidade de uma educação *especial* para aqueles indivíduos.
2. **A resposta sociológica:** (predominou na [década de 1960](#)) representa a crítica ao *legado psico-médico*, e defende uma construção social de necessidades educativas especiais.
3. **Abordagens Curriculares:** (predominou na [década de 1970](#)) enfatiza o papel do currículo na solução - e, para alguns escritores, eficazmente criando - dificuldades de aprendizagem.
4. **Estratégias de melhoria da escola:** (predominou na [década de 1980](#)) enfatiza a importância da organização sistêmica detalhada na busca de educar verdadeiramente.
5. **Crítica aos estudos da deficiência:** (predominou na [década de 1990](#)) frequentemente elaborada por agentes externos à educação, elabora uma resposta política aos efeitos do modelo exclusionista do legado psico-médico.

O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil iniciou-se durante o Império por meio da criação de duas instituições especializadas: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (hoje, Instituto Benjamin Constant – IBC); e O Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, (hoje, Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES), ambos na cidade do Rio de Janeiro.

O direito à educação surge prescrito em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 26, que diz:

I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica e profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (UNESCO, 1948, p.5).^[8]

Nessa linha de tempo, nos anos 1970 foi promulgada a Lei nº 5.692/71 que alterou a LDB nº 4.024/61 e reafirmou a necessidade de um tratamento adequado aos alunos com necessidades especiais. Porém não há informações sobre quais seriam esses tratamentos adequados, pois a Lei somente afirma que:

Art 9º - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Já em 1994, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) promoveu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, na Espanha, onde participaram noventa e dois países, entre eles o Brasil, e, elaboraram a “Declaração de Salamanca” que passou a influenciar a formulação das políticas públicas da educação para todos e em específico também para a educação especial. Esse documento enfatizou a questão da inclusão e o reconhecimento das necessidades dos “sujeitos especiais” em serem aceitos, em escolas que atendam aos princípios de eficácia e de eficiência. No ponto 2, a Declaração de Salamanca demarca:

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1).

A partir disso, começava-se a vivenciar um momento de transição, considerando aqueles que teriam dificuldades na escolarização, ou que eram vistos como pessoas que não seriam escolarizáveis, sob uma concepção que surgia pautada no princípio do direito à educação de todos, que parte do pressuposto de que todos os alunos são educáveis e escolarizáveis.

No Brasil, a partir da década de 1990, aconteceram grandes modificações no campo educacional no que diz respeito às inovações das Políticas Públicas Educacionais, havendo significativas mudanças de paradigmas e aplicabilidades de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/96 foi o grande ícone dessa década que marcou a expansão do ensino no Brasil em todas as áreas, em um momento de novas ideias.

A LDB nº 9.394/96, apresenta um artigo específico sobre a educação Especial. Nesse artigo, há o reconhecimento do direito à diferença, ao pluralismo e à tolerância. E foi a partir daí, que a Educação Especial passou a ser objeto de muitas discussões, especialmente, no que se refere ao seu artigo 58, no qual diz:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.^[9]

A perspectiva da educação especial proposta pela LDB em 1996 é voltada para a inclusão, o que é reafirmado no capítulo 58 em seus incisos que dizem:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 46)

A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem

Para Zimmermann e Strieder (2010), a educação inclusiva deseja compreender e aceitar o outro na sua singularidade. Implica mudança de perspectiva educacional e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas. Dessa forma, pode-se dizer que a educação inclusiva é aceita quando abandona-se a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. Isso requer a superação da tradicional concepção [antropológica](#) de seres humanos ideais.

Os autores mencionados acima apontam que a escola inclusiva não faz distinção entre os seres humanos, no entanto, a comodidade nos faz viver num mundo de padronizações, pois ela foi e continua sendo um espaço que promove a construção de conhecimentos com pouco significado, formalizado, pronto, sem relação e sentido com a vida dos seres humanos que lá estão, sejam alunos ou docentes.

Todo movimento no cotidiano escolar e fora dele é diferente, cada ser tem seu ritmo corporal e cognitivo, sendo um movimento de [desordem](#), desestabilidades e desvio.

Segundo Morin (1989), (apud Zimmermann e Strieder , 2010) é preciso “proteger o desvio” apesar das forças institucionais para reproduzir as “padronizações”. Importa tolerar e favorecer os desvios para criar espaços de discussão.^[11]

Ao se discutir a inclusão no currículo escolar, é comum que essa conversa frequentemente gire em torno da eliminação ou empobrecimento de conteúdos básicos como proposta de currículos alternativos ou paralelos de ensino. Entretanto, não é disso que trata a inclusão. Ao contrário, a proposta curricular inclusiva deve ser pensada e promover práticas pedagógicas que contemplem as necessidades dos alunos que a escola tem, pensando a partir das diferenças. Rodrigues (2003, p. 92) diz que:

Na inclusão, a diferenciação curricular que se procura é aquela na qual não se separam os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças, em suma, uma diferenciação na classe assumida como grupo heterogêneo. (RODRIGUES, 2003, p. 92)^[12]

Diferença entre o ensino integrado e o ensino inclusivo

As expressões *integrado* e *inclusivo* são comumente utilizadas como se tivessem o mesmo significado. No entanto, em termos educacionais representam grandes diferenças a nível da [filosofia](#) a qual cada termo serve. O ensino integrado refere-se às crianças com deficiência aprenderem de forma eficaz quando frequentam as escolas regulares, tendo como instrumento a qualidade do ensino. No ensino integrado, a criança é vista como sendo *portadora* do problema e necessitando ser adaptada aos demais estudantes. Por exemplo, se uma criança com [dificuldades auditivas](#) é *integrada* numa [escola regular](#), ela pode usar um aparelho auditivo e geralmente espera-se que aprenda a falar de forma a poder pertencer ao grupo. Em contrapartida, não se espera que os [professores](#) e as outras crianças aprendam a [língua de sinais](#). Em outras palavras, a integração pressupõe que a criança com deficiência se reabilite e possa ser integrada, ou não obterá sucesso. O ensino inclusivo toma por base a visão [sociológica](#)^[13] de deficiência e diferença, reconhece assim que todas as crianças são diferentes, e que as escolas e sistemas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos. A inclusão não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças. Isto exige a utilização de diferentes métodos para se responder às diferentes necessidades, capacidades e níveis de [desenvolvimento](#) individuais. O ensino integrado é algumas vezes visto como um passo em direção à inclusão, no entanto sua maior limitação é que se o sistema escolar se mantiver inalterado, apenas algumas crianças serão integradas.

Limítrofe

[Limítrofe](#) é o meio termo entre ter a deficiência intelectual e não ter a deficiência. O aluno que fica nessa situação é considerado como criança limítrofe e entra no grupo de alunos de "Educação Inclusiva". O diagnóstico médico, explica sobre a situação

dizendo que a criança tem um retardo intelectual, porém não chega a ter a deficiência em si, a criança cresce tendo dificuldades na aprendizagem durante toda sua vida. Geralmente a APAE colabora ajudando essas crianças, e são encaminhadas também para psicólogos, psicopedagogos, ou dependendo até mesmo para psiquiatras. As crianças com esse distúrbio, pode ter várias características, umas são dispersas durante as explicações, outras são agressivas, algumas criam seus próprios mundos, e se distraem com qualquer coisa, dentre outras características.

Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (Brasil)

Programa iniciado em 2003, pelo [Ministério da Educação](#) - Secretaria de Educação Especial que conta atualmente com a adesão de 144 municípios-pólo que atuam como multiplicadores da formação para mais 4.646 municípios da área de abrangência.^[14] O objetivo geral do programa é *garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público, bem como disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação nos municípios brasileiros.*

Objetivos específicos

- Subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de transformação do sistema educacional brasileiro em um sistema inclusivo;
- Sensibilizar e envolver a sociedade em geral e a comunidade escolar em particular;
- Preparar gestores e educadores dos Municípios-pólo para dar continuidade à política de Educação Inclusiva;
- Preparar gestores e educadores para atuarem como multiplicadores nos Municípios de sua área de abrangência;
- Desenvolver projetos de formação de gestores e educadores para dar continuidade ao processo de implementação de sistemas educacionais inclusivos;

Ações do programa

Em 2001 o Ministério de Educação lançou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica, juntamente com a Secretaria de Educação Especial, esta por sua vez estabelece a organização dos sistemas de ensino para o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, como se constrói a inclusão na área educacional em seus diversos âmbitos, como deve dar-se a organização do atendimento na rede regular de ensino e as etapas do processo de escolarização de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação em qualquer espaço escolar. Nestas diretrizes fica especificado como o currículo e a avaliação devem ser considerados na educação inclusiva.

O *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade* disponibiliza equipamentos, mobiliários e material pedagógico para que sejam implantadas [Sala de Recursos](#) para viabilização do atendimento nos municípios-pólo, apoiando o processo de inclusão educacional na rede pública de ensino. A meta prevista é de até o final de 2006 realizar a formação de [gestores](#) e [educadores](#) para a educação inclusiva em 83,5% dos municípios brasileiros, alcançando de cerca de 80.000 educadores. como parte da mesma ação inclusiva, a Secretaria de Educação Especial vem desenvolvendo desde [2004](#) o *Projeto Educar na Diversidade*, que visa a formação de professores inclusivistas nos 144 municípios-pólo. Até o final de 2006 o projeto deve atingir aproximadamente 30 mil educadores que atuam em todos os estados brasileiros e no [Distrito Federal](#).

Atendimento Educacional Especializado

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é um atendimento educacional especializado, de responsabilidade das prefeituras para atender aos educandos do sistema regular de ensino, sua prestação de atendimento é obrigatória, porém, facultativa à família.

No Brasil o aluno com deficiência está matriculado na escola regular, mas dependendo da sua necessidade pode precisar frequentar também uma escola especial para ter atendimento educacional especializado. Esse atendimento pode ocorrer na escola especial mas não substitui a escola comum, pois a educação especial não substitui mais o ensino comum para pessoas com deficiência e com

superdotação. A escola especial passa a complementar e apoiar o ensino regular na formação de alunos com necessidades especiais, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de educação e ensino.^[16]

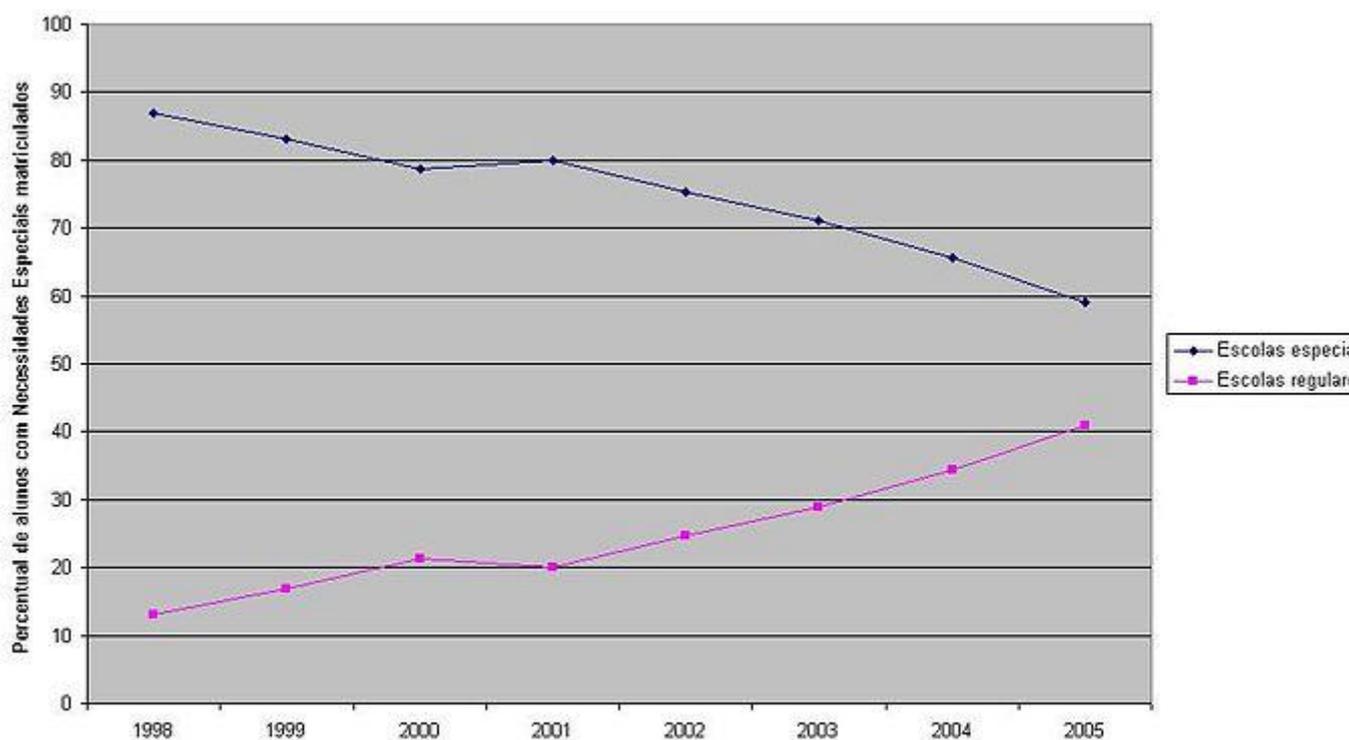
Sala de recursos

Sala de Recursos são espaços (salas) destinados ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais que estão inseridos na educação regular por meio da política de Educação Inclusiva. Trata-se de salas com materiais diferenciados, além de contar com profissionais preparados especificamente para o atendimento às diversas necessidades educativas especiais dos educandos.^[17]

Evolução do programa

A evolução da educação inclusiva no Brasil pode ser comprovada através dos dados do *Censo Escolar/INEP* o qual registra o crescimento da matrícula de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino tendo aumentado de 337.326 alunos, no ano de 1998, para 640.317 em 2005. Essa evolução se reflete também no aumento de escolas da rede pública que registram matrículas de alunos com necessidades educativas especiais tendo aumentado de 4.498, em 1998, para 36.897 em 2005.

Evolução da Política de Atendimento na Educação Especial



Fonte: Censo Escolar (MEC/INEP)

Documento MEC/INEP^[18]

Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão

A comunidade internacional, sob a liderança das [Nações Unidas](#), reconhece a necessidade de garantias adicionais de acesso para excluídos, e neste sentido declarações intergovernamentais levantam a voz para formar parcerias entre governos, trabalhadores e sociedade civil com o objetivo de desenvolverem políticas e práticas inclusivas. No *Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva"* convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho, foi feito um apelo aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometessem com o desenvolvimento e a implementação de contextos inclusivos em todos os ambientes, produtos e serviços.^[19]

Convenção da Organização dos Estados Americanos

Aprovada pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999, na [Guatemala](#), a *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*^[20] define em seu Artigo I que:

1. O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social;
2. O termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa **toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência**, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. **Não constitui discriminação** a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Em seu Artigo II afirma que a *Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. Enquanto os Artigos III e IV enumeram as ações que os Estados Partes se comprometem a tomar para alcançar o objetivo acordado. O conjunto de Artigos desta convenção apresentam medidas práticas, baseadas no princípio de eliminar toda e qualquer forma de discriminação baseada em deficiência.*

O Congresso Nacional [brasileiro](#) aprovou o texto da Convenção Interamericana por meio do [Decreto legislativo](#) nº 198, de [13 de junho](#) de [2001](#). A Convenção entrou em

vigor, para o Brasil, em [14 de setembro](#) de 2001, nos termos do parágrafo 3, de seu artigo VIII.^[21]

Barreiras ao ensino inclusivo

- Atitudes negativas em relação à deficiência
- Invisibilidade na comunidade das crianças com deficiência que não frequentam a escola
- Custo
- Acesso físico
- Dimensão das turmas
- Pobreza
- Discriminação por gênero
- Dependência (alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência dos que as cuidam)
- Políticas Públicas

Legislação que regulamenta a educação especial no Brasil

- Constituição Federal de 1988 - Educação Especial
- Lei nº 9394/96 – [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#) - LDBN
- Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial
- Lei nº 8069/90 - [Estatuto da Criança e do Adolescente](#)
- Lei nº 8859/94 - Estágio
- Lei nº 10.098/94 - [Acessibilidade](#)
- Lei nº 10.436/02 - [Libras](#)
- Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência
- Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994 - Passe Livre
- Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 - FUNDEF
- Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência

- Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 - Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental
- Plano Nacional de Educação - Educação Especial
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112.

6- METODOLOGIA DE ENSINO BILÍNGÜE

Como funciona a educação bilíngue?

Se antes era considerado um diferencial, o domínio de um segundo idioma tornou-se uma necessidade básica para quem deseja conquistar um lugar de destaque no mercado de trabalho. Não é à toa que a escola bilíngue tornou-se uma das modalidades mais procuradas pelos pais que querem proporcionar uma educação diferenciada aos seus filhos.

Basicamente, uma instituição de ensino bilíngue apresenta a mesma grade curricular das escolas brasileiras, porém na comunicação estrangeira. Por ser um modelo ainda relativamente novo no país, a educação efetuada em outra língua ainda leva alguns questionamentos.

Quer saber mais sobre essa opção de aprendizagem? Confira, a seguir, como funciona a escola bilíngue e como ela pode transformar a vida do seu filho!

O que é uma escola bilíngue?

Antes de mais nada, não confunda escola internacional com escola bilíngue. Enquanto a primeira utiliza como base o currículo e a proposta pedagógica de outro país, modificando o modo de aprender da criança, a escola bilíngue usa exclusivamente o currículo brasileiro, inserindo conteúdos e a carga horária estendida que, em alguns casos, é equivalente.

Devido ao fato de não haver uma regulamentação específica do ensino bilíngue, é comum ainda existirem muitas diferenças nos sistemas educacionais adotados em cada instituição. Elas visam ensinar por meio das línguas— em outras palavras, aulas das mais diversas disciplinas são ministradas na língua alvo e também na língua materna.

É importante ressaltar que não envolve o idioma em si, mas sim a cultura e ambientação. A língua é o objetivo por meio da proposta pedagógica. Idioma é objeto do ensino, enquanto língua representa comunicação. Assim, ao optar por uma

escola nesses moldes, verifique todos os detalhes (como estrutura, corpo docente, projeto pedagógico e valores praticado), pois uma educação completa não é baseada apenas no idioma.

Qual a idade ideal para começar?

Quanto mais cedo, melhor. Porém, a verdade é que não existe uma idade específica para se iniciar os estudos em uma escola bilíngue. Desde o momento em que nascemos, nosso cérebro está configurado para aprender atividades básicas, interagir com uma segunda língua ainda criança. Isso definitivamente facilita o processo de aprendizado. Mas não impede que alunos de todas as idades também se matriculem — levando em conta, nesse caso, que o processo de adaptação pode ser um pouco mais demorado.

O consenso entre especialistas é que a infância é o momento ideal para apostar nesse tipo de educação. Afinal, a aprendizagem é bastante influenciada pelo ambiente em que se vive.

Qual é a metodologia adotada?

Aprender na língua nativa já é uma tarefa um pouco complicada, certo? Imagine, então, em outros idiomas! Para esse processo ser facilitado, os educadores atuantes nessas instituições recorrem a ferramentas diversificadas, como músicas, jogos, filmes, sites e livros.

A memorização por meio da conhecida “decoreba” não é indicada. Assim, recursos extras são estratégias que ajudam no aprendizado real do conteúdo. A assimilação de qualquer idioma requer tempo, dedicação e aplicação da metodologia apropriada.

Por isso, as escolas devem inovar. Afinal, não basta falar o tempo todo na segunda língua: o aluno também precisa praticar os seus conhecimentos em trabalhos em grupo, seminários, conversas individuais com professores, entre outras alternativas.

O material didático não se resume ao curso, haja vista que ele é um recurso com o objetivo de apoiar o aprendizado e precisa ser complementado com outros materiais. Haverá disciplinas específicas para que as turmas pensem sobre a segunda língua, tal como aconteceria em uma aula de português em qualquer escola brasileira.

Nesses momentos, os alunos aprendem questões mais aprofundadas do idioma, como a ortografia, gramática e vocabulário.

Como é feita a alfabetização?

O modo da alfabetização depende da orientação pedagógica seguida pela escola. Há aquelas que alfabetizam na língua materna e outras que optam pela alfabetização simultânea, em que o português e o segundo idioma são aprendidos ao mesmo tempo.

A alfabetização simultânea é tida como um desafio maior. Isso porque trabalha diversas habilidades cognitivas, mas também configura-se como um benefício para a atividade e o desenvolvimento do cérebro. Todavia, é necessário avaliar as características individuais de cada pessoa para fazer a melhor escolha no momento de alfabetizar.

Os conteúdos ensinados pelas escolas bilíngues são os mesmos das instituições tradicionais — só que isso é feito na segunda língua. Portanto, os alunos estudam Matemática, Ciências, História e Geografia em inglês. Assim sendo, durante as aulas são utilizados exemplos e referências dos países em que o idioma prevalece.

Quais os principais diferenciais?

Mais do que aprender um língua estrangeira com mais naturalidade, a educação bilíngue também traz outras vantagens. As principais são:

- maior capacidade de concentração e organização;
- melhor desenvolvimento de habilidades cognitivas relacionadas à escrita, à fala e à leitura;
- domínio de pelo menos uma língua estrangeira;
- prevenção de doenças degenerativas (como o Alzheimer).

Todos falam outra língua na escola?

Por mais que a maioria dos docentes, além de alguns funcionários, seja bilíngue, isso não é regra. Apenas os professores da língua estrangeira precisam,

obrigatoriamente, falar um segundo idioma. Alguns pais podem se perguntar: mas os professores não são estrangeiros?

Não necessariamente. É claro que as instituições bilíngues dão prioridade para estrangeiros com formação acadêmica na área de educação, mas brasileiros com competência acadêmica e linguística também são contratados.

Geralmente, os professores que lecionam na língua materna não têm obrigação de se comunicar apenas no segundo idioma. No entanto, aqueles que dão aula na língua estrangeira devem falar apenas nessa modalidade em sala.

É importante ressaltar que quanto maior for a proficiência do corpo docente, maiores serão também os benefícios proporcionados ao aluno, uma vez que ele aprenderá o idioma nas formas convencionais.

Como é o ambiente e a carga horária?

Não se assuste ao encontrar pelos corredores desses colégios cartazes, folhetos e trabalhos em várias línguas. Como o intuito é inserir o aluno no universo daquele idioma, nada mais natural que utilizar os recursos comunicacionais como forma para incentivar os estudantes, envolvendo-os ao máximo na cultura da língua estudada.

No que diz respeito à carga horária, as escolas adeptas à educação bilíngue precisam seguir as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, as normas do Ministério da Educação (MEC) e dos conselhos estaduais de educação. As determinações do MEC sobre carga horária mínima e quantidade de dias letivos do ensino regular devem ser obedecidas.

Normalmente, para conseguir administrar tanto o conteúdo em português como o da segunda língua, as escolas bilíngues adotam períodos integrais ou parcialmente integrais.

Como é a internacionalização da escola?

Para aperfeiçoar a aprendizagem dos estudantes, é altamente indicado que as escolas bilíngues disponibilizem oportunidades de interação com o mundo, de modo que eles possam praticar o idioma. Nesse sentido, graças ao poder da tecnologia,

essa internacionalização é feita, num primeiro momento, por computadores, celular e demais equipamentos.

A maioria das instituições promovem intercâmbios virtuais ou presenciais para os alunos que estão em um estágio de aprendizado mais avançado. Essa possibilidade é considerada um grande ganho para eles. Afinal, permite que façam uso da língua em contextos reais e significativos, aprendendo-a a partir da realidade de outros países.

Como motivar o aluno em casa?

Se no ambiente familiar alguém fala fluentemente a língua que o aluno está aprendendo, tentar estabelecer diálogos é uma boa maneira de a criança testar os seus conhecimentos e continuar o aprendizado. Mas a interação deve ser natural! Então, nada de forçar a barra ou exigir que a comunicação seja somente na língua estrangeira. Quando a criança se sentir à vontade, ela própria iniciará a conversa.

Como o ensino não deve se limitar à escola, a criança também pode estabelecer contato com estrangeiros da mesma faixa etária via internet ou por meio de programas específicos de pessoas que visam aprender um novo idioma. Nesse caso, recomenda-se a supervisão de um adulto.

Desenvolver o hábito de assistir a filmes, programas de televisão, séries e desenhos na língua estrangeira, sem o recurso da dublagem, também é um exercício eficaz e produtivo, além de divertido. No início, pela dificuldade, vale a pena colocar legendas em português. Mais para frente, é possível até trocá-las para o outro idioma.

Qual será o idioma dominante?

Não existe uma receita de bolo (ou uma resposta precisa) para essa questão — vai depender da realidade de cada pessoa. O idioma dominante provavelmente será aquele que o estudante utilizará com mais frequência. Entretanto, se ele tem o hábito de se comunicar em várias línguas, possivelmente, a materna se sobressairá. Um dos objetivos da escola bilíngue é a comunicação competente na segunda língua.

Atualmente, a ideia de inserir uma nova língua na vida das crianças se tornou um atrativo e tanto para os pais que querem oferecer um ensino de qualidade para os filhos desde a infância. Acima das questões básicas, o domínio de outra língua também agrega aspectos singulares de cada pessoa, possibilitando o desenvolvimento de jovens mais tolerantes e sociáveis.

Levando isso em consideração, o ensino bilíngue vem se destacando e conquistando cada vez mais adeptos no âmbito acadêmico. A escola nesses moldes pode abrir portas e ajudar o seu filho a construir um futuro brilhante.

Até mesmo porque a maioria dessas instituições adota um método de ensino em que o aluno é o protagonista do seu próprio aprendizado — o que significa dar autonomia a ele, incentivando-o a buscar informações e compor o seu conhecimento por conta própria.

Isso não quer dizer que os alunos farão tudo sozinhos e sem orientação. O professor, nesse cenário, é responsável por mediar o processo de aprendizagem, acompanhando-os em todos os projetos. Nessa modalidade, os educadores têm a função de abrir os caminhos para que a turma seja capaz de pesquisar sobre os conteúdos e entender a melhor forma de absorvê-los.

7- LIBRAS E OUTRAS LÍNGUAS DE SINAIS E A LÍNGUA PORTUGUESA

A língua é convencionada como conjunto de regras e signos abstratos, condicionados à fala ou aos sinais, essencial às práticas sociais de uma comunidade linguística. A partir dessa concepção, definiu-se como LIBRAS, ou seja, a língua de sinais, primordial para as práticas sociais da comunidade surda.

Para que se possa fundamentar uma língua é necessário instituir uma gramática sistematizada que defina todos os mecanismos necessários para regulação da língua.

Assim como a gramática convencional é entendida como conjunto de regras necessárias que o indivíduo deva seguir na estruturação de textos, tais como: Morfologia, sintaxe, coesão e coerência, acrescentando nesse repertório à fonologia, a semântica e a pragmática, a gramática de LIBRAS, também, possui regras para estruturação de textos, similares e contrastiva com a gramática da Língua Portuguesa, relacionadas à morfologia, coesão, coerência e semântica, conforme afirma (QUADROS, 2007 apud KATO, 1988).

- a. que há similaridades comportamentais que não precisam ser explicitadas por constituírem a base comum das línguas naturais;
- b. que se duas línguas compartilham muitas similaridades tipológicas, estas poderão servir de base para as primeiras inferências quanto ao significado das formas em língua estrangeiras;
- c. quanto às diferenças, por serem sistemáticas, admitem um tratamento inferencial e heurístico.

A língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la - Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização, classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece para serem explorados durante o desenvolvimento da criança surda e que devem ser explorados para um processo de alfabetização com êxito. (QUADROS, 2007).

Ainda segundo a autora, fazendo uma analogia entre as duas gramáticas, registrem-se as diferenças existentes:

	LÍNGUA PORTUGUESA	LIBRAS
Língua predominante	Oral-auditiva.(entoação e intensidade)	Vísuo-espacial (expressão facial e corporal);
FONEMA (som)	Unidade Mínima sem significado de uma língua e a sua organização interna.	Léxico reproduzido por meio de sinais, baseada nas interações sociais do indivíduo.
ALFABETO	Combinações de letra-som (oralizado), possibilitando o entendimento de qualquer léxico.	Realizado de forma icônica (dactilologizado); Auxilia no processo de transcrição da língua de sinais para a LP.
SINTAXE	Preocupa-se com a linearidade do texto.	Envolve todos os aspectos espaciais, incluindo os classificadores, ou seja, é um tipo de morfema gramatical que é afixado a um morfema lexical ou sinal para mencionar a classe que pertence o referente desse sinal.
CONSTRUÇÃO DE UM TEXTO	Limita-se na transcrição de acordo com as regras.	a. Utiliza a estrutura tópico-comentário, realizado através de repetições sistemáticas. b. Utiliza referências anafóricas, através de pontos estabelecidos no espaço.
ARTIGO	Apoia-se em fazer a marcação do gênero. Ex: o, a,os,as – um, uma, uns,	Só aparece para seres humanos e animais. Define o item lexical classificado. Ex. homem, mulher.

	umas	
ESTRUTURA DE SENTENÇAS	Convencionada pela estruturação de SVO	Essa estruturação sofre alteração OSV ou SOV (o sujeito pode ser marcado por um sinal acompanhado da datilologia)
PRONOMES	Pessoal: Eu, tu, ele (a), nós, vos, eles (as)	Pessoal: Eu, você (precisa olhar para pessoa) ele/ela, nós – nós 2 – nós 3 – nós 4.
PLURAL	Flexão de número através do acréscimo de (s), nos substantivos, artigos, pronome, verbo.	Identificado pela repetição de itens lexicais.

Como se observa no quadro¹ acima, embora haja “algumas diferenças” entre a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais, essas não impedem que o surdo se aproprie da leitura e escrita. Para isso, caberá ao professor /mediador ser a ponte entre esses dois mundos, através de estratégias metodológicas que eliminem as barreiras na comunicação e aprendizagem, e por oportuno, proporcionar a essa comunidade a verdadeira integração no sistema educacional.

Outra questão que deve ser levada em consideração para o sucesso de escrita é que, tanto o aluno “normal” quanto o aluno com surdez, depende por sobremaneira dos *inputs* a que estão expostos, pois esse sucesso está intrinsecamente atrelado às experiências e aos conhecimentos prévios, ou seja, a visão de mundo introspectivo a cada participante. (BRASIL, 2002).

Imbricado a isso, convalidado com a idéia de QUADROS e o material que orienta o ensino de surdos (LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS Caminhos para a prática pedagógica – v.01 e 02) ratifica-se que, para o surdo ter um bom domínio da Língua Portuguesa é recomendável que, primeiramente, ele domine sua língua materna (L1), que, no caso em discussão, é a LIBRAS, acrescida a isso, ele poderá ser inserido no processo de aquisição da segunda língua, correlacionada a Gramática dos ouvintes.

REFERÊNCIAS

<https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#topo>>acesso em 12/03/2020

<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistasisunifafibe/sumario/55/07112018200121>>acesso em 12/03/2020

<https://www.magicwebdesign.com.br/blog/tecnologia/tecnologia-favor-dos-surdos/>>acesso em 12/03/2020

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dactilologia>>acesso em 12/03/2020

http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/SENALE_IV/IV_SENALE/luis_roberto_de_oliveira.htm>acesso em 12/03/2020

<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-especial/>>acesso em 12/03/2020

https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_inclusiva>acesso em 12/03/2020

<https://novosalunos.com.br/como-funciona-a-educacao-bilingue/>>acesso em 12/03/2020

<https://www.crea-mt.org.br/portal/gramatica-de-libras-conhecer-para-entender-uma-lingua-diferente-parte-ii-2/>>acesso em 12/03/2020